



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

GRUPO TEMÁTICO: SOCIAL

SÍNTESE DA 3ª REUNIÃO – 2 DE MAIO DE 2024

Legenda:

Comentários/sugestões dos participantes

Comentários da Gerência-Geral de Consultoria Temática

ORDEM	TEMAS	DIRETRIZES
1.	Segurança Hídrica	
1.1	<p>Saneamento Básico: Esgotamento sanitário Abastecimento de água</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ captação e armazenamento de água • cisternas • açudes • poços de água <p>de uso coletivo (subsídios para o funcionamento)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ tratamento <p>◦ Reúso de águas residuais.</p> <p>Sobre construção de barraginhas em propriedades rurais, o decreto nº 48806 declara que são de utilidade pública.</p> <p>Os itens reservação e preservação de cursos d'água aparecem também no grupo "econômico-produtivo".</p>	<p>Readequar a delimitação estadual dos municípios que compõem o semiárido mineiro conforme indicadores técnicos recentes e demandar providência semelhante à União.</p> <p>Incentivar o uso de tecnologias sociais que contribuam para a garantia do direito de acesso à água nos municípios do semiárido expandido.</p> <p>Contribuir para a articulação das ações governamentais voltadas para a segurança hídrica, de modo a aumentar a sua efetividade.</p> <p>Incentivar a criação e fomentar o funcionamento dos poços de água de uso coletivo no semiárido mineiro expandido, por meio de subsídio à sua eletrificação (a exemplo de <i>kit</i> fotovoltaico), de modo a facilitar a distribuição de água.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias de captação e uso de água para consumo humano, animal e para a produção, em parceria com prefeituras, visando o atendimento de comunidades rurais.</p> <p>Sugeriu-se incluir "com instituições da sociedade civil organizada junto à Articulação do Semiárido Mineiro – ASA-MG – que já possuem experiência" depois de "em parceria com".</p> <p>Fortalecer as ações de saneamento básico no Estado, especialmente nos municípios do semiárido expandido, de modo a ampliar a qualidade de vida e as condições de saúde da população.</p> <p>Estímulo ao financiamento e acesso a sistemas de irrigação e outras tecnologias que proporcionam</p>



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

		<p>segurança hídrica aos produtores.</p> <p>Realizar chamamento público para fomentar ações de proteção, recuperação de áreas de nascentes de águas (barraginhas, cercamentos, plantio de mudas nativas, entre outros).</p> <p>Incentivar ações continuadas e orçamento para bacias hidrográficas entre poder público e sociedade civil (comitês de bacias hidrográficas).</p>
2.	Segurança Alimentar	
2.1	Direito Humano à Alimentação Adequada	<p>Acompanhar a elaboração do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais.</p> <p>Fomentar a criação de Bancos de Alimentos articulados em rede, de modo a reduzir o desperdício de alimentos.</p> <p>Demandar a regulamentação da distribuição de cestas básicas para as populações afetadas por grandes catástrofes climáticas.</p> <p>Respeitar a cultura alimentar dos povos e comunidades tradicionais, tanto no que se refere ao modo de produção, quanto à garantia de acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequadas.</p> <p>Discutir a delimitação de áreas amortecimento livres de transgênicos e agrotóxicos para proteção de territórios de povos e comunidades tradicionais – PCT.</p> <p>A Faemg se disse contrária à ideia de áreas de amortecimento.</p> <p>Trata-se do respeito às tecnologias que não utilizam agroquímicos, de preservar o direito de manterem essa forma de produção e seu modo de vida.</p> <p>O termo “zonas de amortecimento” pode gerar confusão.</p> <p>Negar a ideia de zonas de amortecimento seria negar os povos e comunidades tradicionais.</p> <p>Adotar as propostas da Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e o conteúdo do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional como referências para o acompanhamento das ações de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Sans – no Estado.</p>



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

		Incluir no planejamento do Estado ações de Sans, de forma objetiva e transparente, de modo a explicitar em cada uma delas a atividade desenvolvida, o produto esperado e as metas a serem alcançadas em cada região, para permitir o acompanhamento efetivo das ações de Sans implementadas pelo Estado e a sua contribuição para a garantia de segurança alimentar e nutricional da população mineira.
3.	Agro – Produção e Comercialização de Alimentos	
3.1	Produção Agroecológica	<p>Criar as bases para a transição agroecológica no Estado, em consonância com a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, referenciada pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Pnapo – e pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica –Planapo –, em parceria com universidades e institutos de educação.</p> <p>Trocar “criar” por “fomentar”.</p>
3.2	<p>Combate ao uso de agrotóxico</p> <p>Os agrotóxicos são importantes para a produção em larga escala, que é o que viabiliza a redução do preço e o acesso ao alimento pela população de baixa renda, garantindo segurança alimentar. Uma alternativa ao combate seria promover maior controle de qualidade dos agrotóxicos, pesquisar e desenvolver tecnologias de defensivos com moléculas menos prejudiciais à saúde.</p> <p>A GCT confirmou que a manutenção do tópico dessa forma foi um erro. Em reunião anterior havia sido encaminhado pedido de alteração para “uso racional” ou</p>	<p>Apoiar a elaboração de um plano estadual de combate ao uso de agrotóxico.</p> <p>Incentivar a agricultura sustentável no Estado, com a utilização de métodos alternativos de produção, que reduzam o uso de agroquímicos.</p> <p>Qualificar e capacitar os produtores rurais quanto ao uso de defensivos agrícolas e bioinsumos.</p> <p>Fomentar a agricultura regenerativa.</p>



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

	<p>“uso regular de agrotóxicos”.</p> <p>Em outro sentido, foi dito que não existe possibilidade de uso racional e que uso de agrotóxico não se relaciona a segurança alimentar.</p> <p>Outras sugestões:</p> <p>“Estimular boas práticas para uso de agrotóxicos”.</p> <p>“Medidas de orientação quanto ao uso regular de agrotóxicos”.</p> <p>“Estimular o uso de bioinsumos”.</p> <p>“Discussão crítica sobre o uso de agrotóxicos”.</p> <p>Foi sugerido que se substitua o termo “agrotóxico” por “defensivo agrícola”.</p>	
3.3	Agricultura familiar e comunitária	<p>Promover a agricultura familiar por meio do reconhecimento do seu papel na produção de alimentos para o abastecimento interno.</p> <p>Fomentar o desenvolvimento de agroindústrias, sua regularização sanitária e outros mecanismos de agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, de modo a aumentar a renda dos produtores rurais familiares.</p> <p>Apoiar os municípios no seu papel de oferecer suporte à produção agrícola familiar, com a disponibilização de equipamentos necessários e em tempo hábil para assegurar o plantio e a colheita.</p> <p>Apoiar o desenvolvimento de maquinário agrícola específico para a agricultura de baixa escala.</p> <p>Acrescentar a ideia de “fornecimento de maquinário”.</p>
3.4	Assistência Técnica	Fortalecer os programas de assistência técnica convencional e especializada em agroecologia, pública e gratuita, para agricultores, de modo a ampliar a oferta de alimentos e agregar valor à produção rural.



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

3.5	Apoio à comercialização	<p>Promover a articulação entre municípios para incremento das vendas para o mercado institucional.</p> <p>Incentivar a habilitação sanitária para comercialização de produtos de origem animal (leite, carne, ovo, pescado e mel) e derivados.</p> <p>Discutir o fomento à comercialização da agricultura familiar, por meio de outras ações além das feiras. Trocar “da agricultura familiar” por “da produção agropecuária”.</p>
4.	<p>Regularização Fundiária</p>	<p>Foi sugerida a retirada do tema por não possuir correlação com o objetivo do seminário. Uma possibilidade seria “estudo sobre a regularização fundiária como forma de enfrentamento à crise climática”, pois, no momento, não há como entender que regularização fundiária gera proteção climática. Além disso, trata-se de competência da União.</p> <p>A convivência com eventos extremos, sob o aspecto social, relaciona-se à garantia de renda e ao acesso a políticas públicas. A regularização fundiária viabiliza o aumento de resiliência e o acesso a renda e a políticas diversas, em especial para povos e comunidades tradicionais. Embora a competência seja da União, a ALMG pode atuar, por exemplo, levantando o debate sobre o assunto ou expedindo requerimentos que levem a uma atuação mais célebre do ente competente.</p> <p>Outros participantes defenderam a manutenção do tema.</p> <p>Foi dito que é impossível haver boas práticas de segurança alimentar sem regularização fundiária.</p> <p>A regularização, isoladamente, não garante a preservação ambiental.</p> <p>Unidades de conservação que, em tese, deveriam garantir preservação ambiental, possuem planos de manejo desatualizados e gestão ineficiente.</p> <p>Não se pode falar em regularização somente para povos e comunidades tradicionais. Deve ser algo amplo, inclusive em áreas urbanas.</p> <p>A questão das unidades de conservação está sendo discutida do grupo “meio ambiente”. Quanto ao aspecto social da regularização fundiária, já foi informada a relação com a resiliência.</p> <p>A defesa civil esclareceu que faz vitorias em áreas de regularização quanto aos riscos.</p> <p>Retirar o tema significaria negar os povos e comunidades tradicionais.</p>
4.1	Povos e Comunidades Tradicionais	<p>Contribuir para a agilidade dos processos de regularização fundiária das áreas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, com a garantia de realização de estudos por equipes técnicas compostas, inclusive, por profissionais das ciências sociais, como o antropólogo.</p> <p>Acrescentar a necessidade de conciliação entre preservação da propriedade privada e demarcação de terras e a possibilidade de se priorizar terras</p>



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

		<p>devolutas na regularização fundiária.</p> <p>Foi esclarecida a impossibilidade de priorização de terras devolutas, uma vez que não são identificadas como territórios tradicionais.</p> <p>Reconhecer a proteção das terras dos povos e comunidades tradicionais como estratégia de enfrentamento dos efeitos da crise climática.</p>
5.	Vigilância em Saúde	
5.1	Controle da arboviroses, Covid e outras doenças	<p>Ampliar/fomentar medidas de prevenção e controle da proliferação do mosquito <i>Aedes aegypti</i>.</p> <p>Incentivar o desenvolvimento de vacinas contra dengue, de modo a possibilitar a ampliação da cobertura vacinal.</p> <p>Incentivar o desenvolvimento e a disseminação de métodos de controle biológico do mosquito <i>Aedes aegypti</i> como medida complementar às demais ações de controle das arboviroses, a exemplo do método Wolbachia.</p> <p>Fortalecer os mecanismos de monitoramento e vigilância epidemiológica para os casos de dengue em uma determinada região, para identificar surtos precocemente e tomar medidas de controle adequadas.</p> <p>Ampliar a fiscalização de imóveis que desenvolvam atividades que gerem acúmulo de material ou outra condição que favoreça a proliferação do mosquito da dengue.</p> <p>Desenvolver campanhas de mídia e atividades de mobilização social direcionadas a todos os públicos, com informações sobre dengue, chikungunya e zika e sobre a importância da adesão às vacinas e do envolvimento da comunidade nas ações de prevenção.</p> <p>Acompanhar, no âmbito do Estado, a adoção das Diretrizes Nacionais para a Prevenção e Controle de Epidemias de Dengue, da Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde, do Ministério da Saúde.</p> <p>Apoiar o estabelecimento de fluxos de identificação de situações de altas temperaturas e seu impacto nas condições de saúde, de modo a assegurar o</p>



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

		<p>atendimento oportuno às demandas nessa área.</p> <p>Incentivar as Práticas Integrativas Complementares à Saúde – PICS.</p>
6.	Estrutura Urbana	
6.1	Habitação segura	<p>Articular a ampliação no Estado dos programas estaduais e federais de Habitação de Interesse Social, de modo a assegurar condições para a retirada definitiva de famílias que vivem em áreas de risco, proporcionando a elas moradia segura e digna.</p> <p>Incluir a melhoria das habitações rurais nos programas de financiamento da agricultura familiar.</p> <p>Fortalecer os programas de melhoria habitacional, ampliando seu escopo e suas metas físicas para atender às demandas locais, em escala adequada para suprir as necessidades do Estado.</p>
7.		
7.1	Assistência Social	<p>Garantir renda básica para as pessoas em extrema pobreza que residem em regiões afetadas pela seca, de modo a assegurar condições mínimas de sobrevivência e de permanência da população nessas regiões.</p> <p>Ampliar o cofinanciamento estadual da política de assistência social, para proporcionar infraestrutura e capacidade técnica aos municípios para atender às demandas das comunidades rurais e dos povos e comunidades tradicionais referentes a essa política.</p>
8		
8.1	Trabalho e Renda	<p>Fortalecer as ações de geração de trabalho para jovens e mulheres das zonas rurais em atividades não agrícolas.</p> <p>Ampliar as metas das ações de qualificação profissional no Estado, nas diferentes modalidades, de modo a atender as demandas locais por qualificação.</p> <p>Fomentar alternativas de geração de trabalho e de renda para as pessoas residentes em áreas afetadas pela seca, de modo a possibilitar a sua permanência nesses territórios com condições dignas de vida.</p>



CRISE CLIMÁTICA EM MINAS GERAIS

DESAFIOS NA CONVIVÊNCIA COM A SECA E A CHUVA EXTREMA

		Fortalecer a Economia Popular Solidária como alternativa para a inclusão produtiva e a geração de renda.
	Atenção às especificidades das comunidades tradicionais	Incentivar a comercialização de artesanato. Respeitar a língua. Demarcar territórios tradicionais. Respeitar os modos de produção de alimentos.
	Atenção às necessidades e demandas específicas de mulheres e jovens	